

A discussão de alternativas concretas em Montevidéu

Há dezoito meses, onze países endividados da América Latina reuniram em Cartagena, Colômbia, seus ministros das Finanças e do Exterior para discutir a dívida externa. A nota conjunta então divulgada, conhecida como Consenso de Cartagena, reafirmou a intenção dos devedores de saldar seus débitos e ajustar suas economias, "sem que isto signifique em nenhum caso descuidar do dever dos governos de garantir o bem-estar e a estabilidade social e política de seus povos".

Sem nunca ter sido um passo para a formação de um cartel de devedores, o encontro revestiu-se de importância ao firmar o princípio de que devem predominar, nas negociações relacionadas à dívida, os aspectos políticos. A idéia central era de que todos os esforços deveriam ser voltados para a busca de um entendimento amplo entre os países industrializados em desenvolvimento, de modo a evitar, como afirmaram os representantes dos governos reunidos em Cartagena, que suas

nações, com um eventual agravamento da crise da dívida, fossem levadas a "uma situação de insolvência forçada e a uma paralisação econômica prolongada".

Tais posições foram mal compreendidas nos círculos financeiros internacionais, temerosos quanto à formação de uma frente latino-americana de países endividados. Em um ano e meio, porém, a situação evoluiu consideravelmente, como se viu na última assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial, em Seul. Na ocasião, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, reconheceu que os países endividados precisam voltar a crescer e propôs que fossem concedidos empréstimos a um grupo de quinze grandes devedores, no valor de US\$ 29 bilhões, pelo prazo de três anos.

Temos acompanhado, nestas colunas, a evolução desses acontecimentos. Não obstante o reconhecimento em todos os níveis de que a idéia política inspiradora de Cartagena é justa, as reivindica-

ções apresentadas naquela ocasião estão longe de ser atendidas. Dizem respeito, basicamente, a maiores facilidades no que se refere a juros e datas de vencimento das dívidas, bem como à expansão e à agilização do papel das organizações financeiras internacionais. Vale lembrar que existe uma flagrante oposição entre os objetivos do Fundo Monetário Internacional e os do Banco Mundial — os do primeiro são de conteúdo recessivo; os do segundo, voltados para a aplicação em financiamentos.

Tais problemas persistem embutidos no Plano Baker, que oferece recursos insuficientes para financiar o crescimento dos países endividados e não discute o problema dos juros norte-americanos. Mesmo assim, não deixa de ser animador que uma proposta não recessiva tenha recebido apoio do Banco da Inglaterra, dos quatro bancos comerciais ingleses (Barclays, Natwest, Lloyds e Midland), de três escoceses (Royal Bank of Scotland,

Standard Chartered e Bank of Scotland), além do comitê que reúne os bancos de investimento britânicos. Também já conta com o interesse manifestado pelo Citibank e por dezesseis instituições financeiras da Europa, lideradas pelo Swiss Bank Corporation.

A reunião a ser iniciada terça-feira em Montevidéu terá características muito diversas da ocorrida em Cartagena. Há dezoito meses, a discussão centrava-se no estabelecimento de um princípio: o de que o endividamento de onze países da América Latina tem um claro sentido político. No presente momento, já existe um consenso a esse respeito, tanto entre os dirigentes dos países que contraíram dívidas quanto entre as autoridades dos países industrializados e do setor financeiro internacional.

Portanto, a reunião de Montevidéu tem um outro nível de competência e se destina a uma profunda reflexão de propostas concretas, que possam tornar viável o objetivo que já foi estabelecido.